

Política

SAUER: O BRASIL NA CONTRAMÃO

“Discriminações desse tipo não resolvem”, disse o presidente da Autolatina, lamentando as decisões contra o capital estrangeiro.

Brasil corre o risco, a partir de agora, de ver o capital estrangeiro cada vez mais distante como alternativa de desenvolvimento, passando a ser mero atrativo do que países como Portugal, embora com maior potencial de mercado. É o que pensa o presidente da Câmara Americana de Comércio para o Brasil, Christopher Ludo, sobre o texto aprovado pela Constituinte instituindo um tratamento diferente para as empresas estrangeiras em relação às nacionais. Essa discriminação, segundo o presidente da holding Autolatina, Wolfgang Sauer, faz com que o Brasil “ande na contramão da História”.

Na opinião de Lund, “todos, brasileiros e estrangeiros, vão ter maiores dificuldades. O Brasil precisa investir um valor equivalente a 25% do Produto Interno Bruto (PIB), para conseguir um crescimento anual de 7%. Com 3% de crescimento o País não sobrevive, pois a renda per capita tende a igualar-se com os níveis africanos. É preciso seguir os modelos mais ricos e depois fazer a distribuição. Temos vários exemplos disso no mundo; a economia sueca é um deles”.

“É um texto xenófobo, que colocará o País como espectador do mundo em desenvolvimento”, disse o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica e presidente do Grupo Springer, Paulo Vellinho. Para ele, “discriminando o capital estrangeiro, o Brasil estará condenado a uma miséria permanente”. Paulo Vellinho também lembrou que até os países socialistas estão abrindo suas portas em busca de capital.

O empresário disse que o conceito moderno de soberania não é fechar o País para o capital estrangeiro, ao contrário, é ir ao encontro da poupança externa para desenvolver o processo econômico: “No Brasil, tudo acontece ao contrário, indo sempre na contramão da História”.

Para o empresário Abílio Diniz, do Grupo Pão de Açúcar, o texto da Constituinte “pode levar ao fechamento da economia brasileira” porque abre espaço para a criação de novas reservas de mercado e concessões cartoriais para exploração de certos setores da economia.

Já o presidente do Conselho Federal de Economia, Luiz Alberto Gomes de Oliveira, discorda dessas opiniões, apesar de criticar a exclusão das empresas de capital estrangeiro do sistema de subsídios e incentivos fiscais. “As exportações da indústria automobilística, por exemplo, requerem subsídios e incentivos fiscais para que possam se desenvolver”, Oliveira disse que certos empreendimentos feitos com capital estrangeiro necessitam de estímulo governamental por um determinado período de tempo e, “nesses casos, a concessão de subsídios e incentivos poderia ser contrabalçada por um maior rigor no controle da receita de lucros”.



Wolfgang Sauer



Abílio Diniz



Christopher Lund

Paranapanema e Votorantim mudaram votos do Centrão

Pressões de empresários do setor mineral, como os grupos Paranapanema e Votorantim, este através do líder do PTB, Gastone Righi, ligado ao empresário Antônio Ermírio, foram as razões apontadas pelas lideranças do Centrão para mais uma derrota diante do projeto da Sistematização, com a nacionalização da exploração dos minérios. Além disso, os deputados Afif Domingos, Luís Eduardo Magalhães e José Lins admitiram que o grupo não tem unidade ideológica e seu principal objetivo alcançado foi mesmo a alteração do regimento interno da Constituinte.

As lideranças do Centrão demonstraram mais desânimo do que irritação após outra derrota para os grupos de esquerda no tocante à nacionalização da exploração dos minérios. “No mínimo é o nacionalismo descambando para a xenofobia, que não aceita a participação do investimento es-

trangeiro, é a repulsa ao moderno capitalismo”, disse Luís Eduardo, reconhecendo também que não existe unidade no grupo, e nesse aspecto “não se pode esperar mais muita coisa”. Muitos parlamentares votaram também desinformados sobre o assunto, observou o deputado.

Para o senador Jarbas Passarinho, o Centrão não tem realmente unidade e o resultado das votações não pode ser apresentado como indicador de seu comportamento, que é variável diante de pressões. “Aqui, agora, está valendo o contraditório: quem argumenta melhor e conseguir vencer da tribuna ganha a votação”, comentou o senador. Passarinho observou que os lobistas estão atuando abusivamente entre os constituintes, representando todos os interesses possíveis. O Centrão já acabou, comenta rindo o deputado José Lins, para quem as empresas estrangeiras vão na-

cionalizar o capital, mas suspenderão os investimentos, e o setor mineral vai estagnar.

O senador Roberto Campos preferiu criticar a “ideologia da xenofobia” e disse que os minerais “cientificamente mantidos no subsolo contra a cobiça estrangeira” podem acabar se tornando obsoletos com o surgimento de novos materiais de laboratório, como os termoplásticos, fibras óticas, cerâmicas avançadas e supercondutores. Segundo o senador, apenas 0,3% do subsolo brasileiro está sendo explorado por empresas multinacionais.

Já o deputado José Geraldo, entretanto, ressaltou que desde o debate sobre minérios e subsolo nas etapas iniciais da Constituinte se verificou a existência de um grupo numeroso de tendência nacionalista que agora se está manifestando nas votações. “O Centrão é antiestatizante mas não é anti-nacional”, observou o parlamentar.

Os outros lobbys que ganharam

Os grandes empreiteiros, a indústria da química fina e alguns segmentos militares ligados à área de informática são os beneficiados pelos novos dispositivos da Ordem Econômica aprovados com o conceito de empresa nacional, e para isso, atuaram com forte lobby na Constituinte, segundo algumas lideranças do Centrão.

No conjunto os três grupos venceram com a manutenção do princípio da reserva de mercado, que segundo o deputado Afif Domingos “acabará estendendo gradativamente a outros setores da economia”.

No caso dos empreiteiros, os privilégios foram mantidos, e a empresa apontada como responsável pelo maior lobby a construtora Norbert Odebrecht, tem subsidiárias atuando no setor de química fina da Petroquímica, daí a conjugação de interesses do grupo.

A reserva de mercado começou a partir da política dos coronéis da Secretaria Especial de In-

formática, e deputados do Centrão afirmaram que nas negociações com o senador Severo Gomes para a definição de empresa nacional o secretário do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luciano Coutinho, estava sempre presente. As pequenas empresas, de um modo geral, lucraram com a manutenção do mercado, já que elas recebiam a concorrência eventual de multinacionais caso prevalecesse o modelo do Centrão.

Empreiteiras — Mantido o sistema cartorial de distribuição das obras do governo; mantidas as prioridades contratuais e as preferências de preços; preservado o cartório de fornecedores do Estado mesmo sendo as obras públicas no Brasil, de acordo com o Banco Mundial, uma das mais caras do mundo; para concededores das relações “especiais” entre governo e empreiteiras, nessas altas valores estão incluídas as “comissões”.

Química fina — Mantido o

princípio cartorial e estendido ao setor a reserva de mercado; com isso, os empresários do setor da química fina ganham mais poder político; o regime de controle das concessões para exploração é institucionalizado e aumenta as possibilidades de práticas de corrupção, em vários casos, no Brasil, empreiteiras conseguem vantagens em obras públicas para depois investir no setor de química fina.

Forças Armadas — O segmento militar vitorioso com as votações da Ordem Econômica é pequeno mas de influência crescente, pelas teses nacionalistas, e o primeiro exemplo de sua vitória política foi a reserva de mercado para a informática; o setor da informática mantém a reserva e a aliança entre setores militares e empresários desejosos de evitar a concorrência no setor; a manutenção do atraso tecnológico beneficia as empresas nacionais de informática.

DESTAQUE POLITICO

Vai ser bom
“Vai ser bom. Vai ser maravilhoso” — assim, rindo, o deputado Osvaldo Pianna reagiu à ameaça do governador Jerônimo Santana, de Rondônia, de processá-lo por calúnia, injúria e difamação. Pianna é uma dos deputados do Estado que assinaram denúncia contra o governador, enviada à CPI da Corrupção, relatando irregularidades em sua administração.

A defesa dos decretos
A Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base saiu em defesa dos decretos 94.042 e 94.233 (de reajuste retroativo aos contratos do governo com empreiteiras). A Abdib disse que está “perplexa” com a polêmica levantada em torno dos decretos — que estão sendo investigados pela CPI da Corrupção — e admite que realizou gestões junto ao governo para que eles fossem baixados.

Riocentro
O atentado ao Riocentro ainda não foi suficientemente apurado. Por isso, a deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) deve formalizar hoje, no Congresso, requerimento de formação de uma CPI sobre o caso, subscrito por 196 constituintes.

Grandes reservas
Ovindo o deputado Nélton Friedrich (PMDB-PR) defender a nacionalização das reservas minerais do País, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) não resistiu. Irônico, ele disse que as reservas minerais deveriam mesmo ser protegidas, “com a reserva de mercado da informática e com as nossas grandes reservas de capital, dentro de um ou dois meses o Brasil estará exportando não só os minérios, mas também os minerais mais nobres”.

Modelo
E a Constituinte brasileira poderá servir de modelo para a reforma da Constituição do Uruguai. Uma delegação uruguaia esteve ontem em Brasília colhendo informações sobre os trabalhos da Assembleia.

Esculhambação, não
Apesar de afirmar que a Revolução de 64 cumpriu o objetivo a que se propunha e, até mesmo, conseguiu, quando necessário, restabelecer as normas democráticas no governo, o general Jonas de Moraes Correia Neto — que no dia 6 de maio assumirá o comando militar do Sudeste, em São Paulo — advertiu: “Não quer dizer com isso que nós passamos a achar que vale tudo e que, se houver esculhambação de novo, está tudo certo. Não somos obrigados a concordar com isso”.

Polêmica
Construir um estádio de futebol para 30 mil pessoas ou um novo centro administrativo? Essa dúvida acabou virando polêmica em Indaiatuba, na região de Campinas. O detalhe: a cidade só tem uma equipe de futebol na 2ª Divisão e poucos prédios.

Crime antigo
O ex-militante da extinta Aliança Libertadora Nacional (ALN), Flávio João Sales, preso no Rio, segunda-feira, por um crime que teria cometido em 1971 (a execução de um de seus companheiros), poderá ser colocado em liberdade hoje, dependendo da decisão da juíza Denise Frossard, do IV Tribunal do Juri.

A discriminação, segundo ele, acontece “num momento em que todo o mundo, inclusive nos países socialistas e comunistas procura atrair capitais e investimentos estrangeiros, além da tecnologia. Acho que discriminações desse tipo não resolvem os graves problemas do País. Se quisermos fazer a promoção da empresa nacional, deveríamos pensar em créditos especiais e financiamentos para investimentos. Apenas desejos expressos em lei não garantem o desenvolvimento da “Nação”.

Christopher Lund acha que “é a prática que vai demonstrar o caminho que a economia brasileira vai seguir. Hoje, 75% dos investimentos estrangeiros são destinados aos países desenvolvidos, ficando apenas 25% para as nações em desenvolvimento e o Brasil não ocupa mais uma posição privilegiada entre esses países, em termos de investimentos. O capital vai procurar países como Portugal, onde não existe discriminação. Nesses países, existe a proteção às empresas nacionais, mas como uma exceção e não como regra. No Brasil é o contrário, a exceção virou uma regra”.



Gadelha (esq.) “depôs” Chiarelli um “infidel”

PFL tem novo líder no Senado: Gadelha.

Oito dos 15 senadores do PFL destituíram ontem, em Brasília, o “oposicionista” Carlos Chiarelli da liderança do partido no Senado e indicaram para o seu lugar o “governista” Marcondes Gadelha, aumentando as divisões no PFL. Uma das causas da mudança, segundo dizem, seria a posição ostensiva de Chiarelli contra o governo na CPI do Senado.

O novo líder já disse que vai manter seu antecessor e também José Agripino (RN) como representantes do PFL na CPI. Gadelha garantiu, entretanto, que pretende adotar “uma definição clara a favor do governo no que for do interesse do partido”.

Por sua vez, o presidente do PFL, Marco Maciel, que tem feito críticas ao governo, disse que a decisão de tirar Chiarelli “amplia as divergências internas e deve criar muitas dificuldades para que se restabeleça a unidade partidária, sobretudo agora, com a proximidade da convenção nacional”. Depois, Marco Maciel complementou: “O líder nasce líder e o Chiarelli nasceu para liderar”.

Situação inusitada
Mas o senador Marcondes Gadelha negou que Carlos Chiarelli tenha sido destituído, explicando que o seu mandato acabou a 1º de março e que a escolha de seu sucessor foi marcada para o fim da Constituinte, em 21 de abril, ou para a Convenção Nacional na mesma época. “Isto tinha sua razão de ser, mas tudo foi adiado e a maioria da bancada reclamava uma decisão que foi tomada agora”, explicou.

tomar a iniciativa, “senão perdia a liderança do seu grupo, tudo foi inusitado e nem houve reunião da bancada”.

Marcondes Gadelha, de outro lado, explicou que “o outro bloco não compareceu” e, por isso, comunicou a Carlos Chiarelli que estava sendo instigado pela bancada a promover a eleição. “Fizemos reunião, ele não compareceu. Os outros oito senadores votaram e, por unanimidade, assinaram documento endereçado ao presidente do Senado, indicando meu nome para a liderança”, comentou Marcondes Gadelha. Humberto Lucena já anunciou que na próxima terça-feira, lerá em plenário a comunicação da escolha do novo líder do PFL.

Divisão
A maioria da bancada do PFL na Câmara — sob a liderança do deputado José Lourenço e orientada pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães — apoia o presidente José Sarney contra a vontade de sua cúpula e de setedos 15 de seus senadores. O presidente Marco Maciel, o ex-líder Carlos Chiarelli, os ex-presidentes Jorge Bornhausen e Guilherme Palmeira, o secretário-geral, Saulo Queiroz, os deputados Lúcio Alcântara (PFL-CE), Jaime Santana (PFL-MA), Alceni Guerra (PFL-PR), entre outros, num total de mais de 15% do partido, querem ir para a oposição ao governo federal.

As duas alas procuram atrair o senador Marco Maciel que tentou, em vão, levar o partido para a oposição, depois de ter sido ministro da Educação e chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

LULA OPERADO

O deputado Luís Inácio Lula da Silva foi internado ontem à noite no Hospital Srio Libanês e um primeiro relatório médico informava que o paciente apresenta “quadro abdominal a ser esclarecido”. Mas Frei Beto, que desceu do quarto onde Lula foi internado, disse que ele ia ser submetido a uma operação para retirada do apêndice. Lula está sob os cuidados dos médicos Raul Cutait (cirurgião abdominal) e Aitan Sipahi (gastroenterologista do Hospital das Clínicas), amigo de Lula e militante do PT.

A suspeita de apêndice surgiu à tarde, enquanto Lula estava no plenário da Constituinte. Examinado por um médico da Câmara e pelo deputado petista Vitor de Buaziz, do Espírito Santo, que também é médico, configurou-se o



Lula chegando ao hospital

quadro de apêndice e Lula decidiu vir para São Paulo.

Melhor em São Paulo
Ao chegar ao Hospital Srio Libanês, Lula deu entrevista dizendo: “Estou com um problema. Vou ver se é apêndice”. Sua esposa Marisa disse que ele tinha dores “suportáveis”. Mesmo mancando, Lula dirigiu-se à recepção e explicou por que veio a São Paulo em vez de procurar um médico em Brasília: “Eu vim, porque lá corre a fama de que o melhor médico é a ponte aérea. Então, para me precaver, vim para cá”.

A esposa de Lula, Marisa, estava esperando por ele no aeroporto e quando chegou ao hospital o seu amigo Frei Beto também esperava por ele. Lula apoiou-se em Beto e subiu para o ambulatório do 1º andar.